



Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
MBA em Direito Empresarial**

Brusque, NOVENBRO/2012.

Sumário

1	Identificação do Curso	3
1.1	Nome do Curso:.....	3
1.2	Área do Conhecimento e Unidade Responsável	3
1.3	Coordenação do Curso.....	3
2	Caracterização do Curso	4
2.1	Período de Realização (previsão).....	4
2.2	Carga Horária:	4
2.3	Base Legal do Curso	4
2.4	Autorização do Curso	4
2.5	Oferta do curso:	4
2.6	Número de Vagas.....	4
2.7	Clientela / Público Alvo	5
3	Justificativa e Objetivos do Curso	6
3.1	Justificativa	6
3.2	Objetivos.....	6
3.2.1	Objetivo Geral:.....	6
3.2.2	Objetivos Específicos:	6
4	Estrutura e Funcionamento do Curso	7
4.1	Matriz Curricular	7
4.2	Ementa e Referência básica das disciplinas:.....	7
4.3	Dados relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso:.....	16
4.4	Dados Estatísticos do Corpo Docente:	19
4.5	Metodologia de Ensino	20
4.6	Recursos físicos e materiais a serem utilizados:	22
4.7	Processo Seletivo	22
5	Recomendações	23

1 Identificação do Curso

1.1 Nome do Curso:

MBA em Direito Empresarial

1.2 Área do Conhecimento e Unidade Responsável

Área do conhecimento: Direito

Unidade Responsável: **UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque**

Curso em parceria com o IBGEN – Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios

1.3 Coordenação do Curso

O curso será coordenado pelo Prof. Rodrigo Sousa Alves Mundim, mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua experiência profissional abrange as áreas Financeira (Revista Negócios/Uberlândia – MG) e de Marketing (Marisol S.A/Jaraguá do Sul – SC). O Prof Rodrigo é docente em cursos de Pós-Graduação, Graduação e Técnico desde 2001, atuando em instituições como Centro Universitário de Brusque/Unifebe, Senac/Blumenau, Fundação Universidade Regional de Blumenau/Furb, Sociedade Educacional de Santa Catarina/Sociesc e Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim – Brusque/SC.

2 Caracterização do Curso

2.1 Período de Realização (previsão)

Data de Início: Maio / 2013

Data de Término: Maio / 2015

Horário e Turno: sexta-feira (18:30hs às 22:00hs) e sábados (8:00hs às 15:30hs)

2.2 Carga Horária:

360 h/a _ Mais elaboração de TCC (Artigo Científico)

Data de entrega do Artigo Científico: Agosto / 2015

2.3 Base Legal do Curso

- Resolução nº 100, de 22 de novembro de 2011, do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.
- O Certificado do curso será expedido conforme determinações da Resolução nº 100 do CEE/SC e pelo Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011.

2.4 Autorização do Curso

Parecer Consuni nº

Resolução CA nº

2.5 Oferta do curso:

() Ocasional

(x) Permanente

2.6 Número de Vagas

Mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 45 (quarenta e cinco) participantes por turma.

2.7 Clientela / Público Alvo

O curso destina-se a bacharéis em ciências jurídicas e sociais (egressos do curso de direito) e administradores.

3 Justificativa e Objetivos do Curso

3.1 Justificativa

Nos últimos anos, o Direito Empresarial tem atravessado uma grande e contínua transformação, o que determinou a releitura dos conceitos, fundamentos e prática envolvendo as várias disciplinas que o compõem. O novo código civil e a lei de falência e recuperação de empresas são simples exemplos desta nova realidade. Estas transformações criaram uma nova demanda no mercado, composta de profissionais da área do direito que trabalham na consultoria de empresas públicas e privadas e que necessitam aprofundar os seus conhecimentos a respeito do instigante tema.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais do Direito, que necessitam de uma maior compreensão do ambiente de negócios e das complexas relações que envolvem a Advocacia Empresarial, com visão sistêmica e capazes de enfrentar temas jurídicos da atualidade, voltados ao interesse da empresa e que se constituem relevantes para sua competitividade e desempenho, possibilitando um reposicionamento diante das novas exigências impostas ao exercício da advocacia empresarial.

3.2.2 Objetivos Específicos:

- Aprofundar os conhecimentos em Direito Empresarial, capacitando os profissionais ligados à área a acompanharem sistematicamente todas as transformações acontecidas nos últimos anos.
- Preparar especialistas para trabalharem como advogados de empresas ou consultores jurídicos, estimulando a pesquisa voltada ao cotidiano das instituições empresariais.
- Instigar, sobretudo, o pensamento crítico a respeito dos vários enfoques que compõem o Direito Empresarial, salientando o entendimento da vanguarda doutrinária e jurisprudencial a respeito dos mais polêmicos temas.

4 Estrutura e Funcionamento do Curso

4.1 Matriz Curricular

Professores	Título / IES	Disciplina	C/H
José Tadeu Neves Xavier	Dr./UFRGS	Novas Tendências do Direito Privado	30
Luciano Benetti Timm	Dr./UFRGS	Direito das Obrigações e dos Contratos Empresariais	30
José Tadeu Neves Xavier	Dr./UFRGS	Direito Societário	30
Rafael de Freitas Valle Dresch	Dr./PUCRS	E-Busines, E-Commerce e Propriedade Industrial	30
Cristina Stringari Pasqual	Dra./UFRGS	Direito do Consumidor	30
Rafael Bicca Machado	Me./PUCRS	Negociação, Mediação e Arbitragem	30
Eduardo Knijnik	Esp./ FGV	Direito Tributário	30
Nadia Ahmad Omar Ali	Me./ULBRA	Direito do Trabalho Empresarial	30
Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho	Dr./PUCRJ	Direito Penal Econômico e Crimes Ambientais	30
Rafael Bicca Machado	Me./PUCRS	Falência, Reorganização e Recuperação de Empresas	30
Luciano Benetti Timm	Dr./UFRGS	Direito da Economia e do Comércio Internacional	30
Everaldo Silva	Doutor / UNIFEBE	Metodologia de Pesquisa Científica	30
TOTAL DE HORAS			360

4.2 Ementa e Referência básica das disciplinas:

Novas Tendências do Direito Privado

Os reflexos da adoção da teoria da empresa no direito privado brasileiro. Origens históricas da teoria da empresa. O significado econômico de empresa. Os significados jurídicos de empresa. A caracterização do empresário no direito brasileiro. O estatuto do empresário. A teoria do estabelecimento empresarial. A alienação do estabelecimento empresarial. Fundamentos e elementos de responsabilidade civil. Responsabilidades: contratual e extracontratual.

Responsabilidades: subjetiva e objetiva. A culpa. Dolo e culpa. Distinção. Nexo causal. Conceitos. Aplicabilidade do Novo Código Civil. Caracterização da figura do empresário. Das atividades excluídas do contexto empresarial. Obrigações do empresário e conseqüências do descumprimento. Importância do registro do empresário.

Referências

LIPPERT, Márcia Mallmann. A empresa no Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CAVALLI, CÁSSIO MACHADO. Transformações gerais no direito comercial - o direito da empresa no novo Código Civil. In: TIMM, L. (Coord.). *Direito de empresa e contratos*. Porto Alegre: IOB, 2004. p. 57-98.

DUARTE, Ronnie Preuss. Teoria da empresa à luz do novo Código Civil brasileiro. São Paulo: Método, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Curso de direito comercial. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1

SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. São Paulo: Atlas, 2004.

CAVALLI, CÁSSIO MACHADO. Reflexões sobre empresa e economia: o conteúdo jurídico da empresa sob uma análise econômica do direito. In: TIMM, L. (Org.). *Direito e economia*. São Paulo: IOB, 2005. p. 85-95.

Direito das Obrigações e dos Contratos Empresariais

Nova dogmática das obrigações jurídicas diante do Novo Código Civil e as suas fontes, desenvolvimento, extinção e formas de inadimplemento. O instituto do contrato no Novo Código Civil: conceito, função e princípios. O fenômeno contratual inserido nas relações empresariais (contratos de terceirização, representação comercial, distribuição, franquia, etc).

Referências

MARTINS-COSTA, Judith. “Da boa fé”. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

ROPPO, Enzo. “O Contrato”. Coimbra, Almedina, 1986.

TIMM, Luciano et all. “Direito da empresa e os contratos – estudo dos impactos do Novo Código Civil”. 2ªed. São Paulo, THOMSON-IOB, 2006.

Direito Societário

Sociedades empresariais; formas de organização societária; sociedades limitadas e sociedades anônimas; o atual código civil e o Direito Societário; Responsabilidade dos controladores, dos sócios e dos administradores; acordo de acionistas; Acordo societário na empresa familiar; Fusão, incorporação, cisão e transformação de sociedades; Mercado de Capitais; Direito Societário Internacional; *joint ventures* entre empresas brasileiras e estrangeiras. Implicações registras e aspectos práticos do direito societário e publicação de balanços. Contrato social, estatuto social e acordo de sócios ou acionistas: perspectivas teóricas e questões práticas relevantes – parte II. Regime de nulidades e anulabilidades em Direito Societário.

Referências

CARVALHOSA, M.; ELZIRIK, N. L. Comentários a Lei das sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva, 2004.

COELHO, Fábio Ulhoa. A sociedade limitada no novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOBO, Jorge. Sociedade Limitada. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FABRETTI, Lúcio Camargo. Incorporação, Fusão, Cisão e Outros Eventos Societários: Tratamento Jurídico, Tributário e Contábil. 1ª ed., São Paulo, Atlas, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. O Poder de Controle da Sociedade Anônima. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PRADO, Viviane Muller. Conflito de interesse por grupos societários. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de. Direito Societário e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

TOMAZETTE, Marlon. Direito Societário. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

E-Business, E-Commerce e Propriedade Industrial

O comércio eletrônico. A segurança na Internet. A propriedade industrial no ambiente virtual (segurança dos ativos imateriais). Os contratos no comércio eletrônico. Os princípios da confiança e da boa-fé objetiva. A proteção do Consumidor. As relações bancárias por meio eletrônico. Propriedade Intelectual: conceitos fundamentais. Institutos de Propriedade Intelectual e Industrial no âmbito,

principalmente, da legislação brasileira. Marcas, indicações geográficas, patentes, desenhos industriais, transferência de tecnologia, nomes de domínio e repressão à concorrência desleal.

Referências

LORENZETTI, Ricardo. O Comércio Eletrônico. São Paulo: RT, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no Comércio Eletrônico e a Proteção do Consumidor. São Paulo: RT, 2004.

MENKE, Fabiano. Assinatura Eletrônica no Direito Brasileiro. São Paulo: RT, 2005.

TIMM, Luciano B. Homebanking e o Código de Defesa do Consumidor. *In* Revista do Direito do Consumidor, 2001, p. 275.

BLASI, Gabriel Di. A Propriedade Industrial – O sistema de marcas, patentes e desenho. São Paulo: Forense, 2005.

DANNEMANN, Monika. Comentários a Lei da Propriedade Industrial e Correlatos. São Paulo: Renovar, 2005.

Direito do Consumidor

A relação de consumo. Conceito de: consumidor, fornecedor, produto e serviço. Sistema de responsabilidade nas relações de consumo. O Fornecedor e a proteção contratual do consumidor. A evolução da doutrina e jurisprudência. Os princípios. A tutela administrativa do Direito do Consumidor. Procon. DPDC. SBDC. A tutela judicial e o Ministério Público. Os Juizados especiais. A justiça comum. Os tribunais superiores. O Ministério Público. Direito do arrependimento. Boa-fé. Práticas abusivas. Venda casada. Abuso de preços. Amostra grátis. Outras práticas se as portarias do DPDC. Contratos e o consumidor. Abusividade e cláusulas. Revisitando contratos. A visão da empresa. A visão do Poder Judiciário. O estudo de caso. Condutas.

Referências

AMARAL JÚNIOR, Alberto. Proteção do Consumidor no Contrato de Compra e Venda. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BENJAMIN, Antonio Hermann de Vasconcelos. Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao consumidor: conceito e extensão São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

Negociação, Mediação e Arbitragem

Métodos e Estratégias de Negociação. Elementos básicos do perfil do negociador. Critérios para a tomada de Decisões: Teoria da Decisão. O Direito como elemento subjacente ao processo negocial. O profissional do Direito enquanto mediador corporativo. Origem e a natureza dos conflitos, o processo de mediação em si. Abordagem entre as partes e disputa para novas soluções de necessidades. Métodos alternativos de resolução de disputas através da arbitragem. Estudos práticos e modelos econômicos de arbitragem. Vantagens e desvantagens. Resolução de disputas. A Lei 9.307/96, que dispõe sobre arbitragem. Técnicas de Negociação: Negociação do advogado com seu cliente. Negociação com outro advogado. A entrevista inicial, o esclarecimento de percepções, definição de papéis e de mecanismos adequados de remuneração. Táticas pesadas de negociação: os limites éticos e legais nas negociações conduzidas por advogados: normas de conduta. Conciliação perante o Poder Judiciário. Negociação após ajuizamento do processo judicial. Procedimentos com a intervenção/intermediação do juiz. As oportunidades legais de negociação no curso do processo.

Referências

DOLINGER. Jacob. Direito Internacional Privado: Arbitragem Comércio Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CASELLA, Paulo Borba (Org.). Arbitragem, a Nova Lei Brasileira e a Praxe Internacional, 2 ed. São Paulo: LTr, 2000.

LEE, João Bosco. Arbitragem Comercial Internacional nos Países do MERCOSUL, Curitiba: Juruá, 2002.

MORAIS, José Luis Bolzan de. Mediação e Arbitragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

WARAT, Luis Alberto. Ofício do Mediador. Habitus, 2001.

SALES, Lília Maia de Moraes. Justiça e Mediação de Conflitos. Del Rey, 2004.

Direito Tributário

Carga Tributária e Reforma Tributária. Crimes Tributários e Procedimentos de Fiscalização. Receita Federal do Brasil (Super Receita). Multas Fiscais. Sistema Constitucional Tributário. Fato Gerador/Obrigações Tributárias e Lançamento. Sujeitos da Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção do Crédito Tributário. Administração Tributária. Relação Fisco X Contribuinte. Processo Administrativo Federal e Estadual. Execução fiscal e embargos. Planejamento Tributário. Responsabilidade Tributária dos Sócios, Administradores e do Contador. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Lucro Presumido. Lucro Real. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário. Tratados internacionais em matéria tributária. Elementos de conexão. Tributação do investimento brasileiro no exterior. Tributação do investimento estrangeiro no Brasil. Planejamento tributário internacional. Processo administrativo e judicial tributário. Procedimento e processo administrativo tributário. Lançamento e fiscalização tributária. Tribunais administrativos. Ações ordinárias em matéria tributária. Mandado de segurança em matéria tributária.

Referências

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7. ed. atualizada por Mizabel Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3 ed. São Paulo: Lejus, 1998.

GASSEN, Valcir. A tributação do consumo: o princípio de origem e de destino em processos de integração econômica. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

Direito do Trabalho Empresarial

Responsabilidade Trabalhista e Previdenciária da Empresa. O Novo nas Relações Individuais de Trabalho (ex. Remuneração variável; Participação nos lucros e resultados; Banco de Horas; Registros eletrônicos; etc.). Assédio Moral no Trabalho. Terceirização: como evitar riscos e outros problemas legais. Ações Preventivas e Administração do Passivo Trabalhista. Futuro das Questões Trabalhistas.

Referências

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. Editora Atlas.

CATHARINO, José Martins. Compêndio de Direito do Trabalho. Editora Saraiva.

RUSSOMANO, Mozart Vitor. Curso de Direito do Trabalho. Editora Jurua.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo e Pinto, José Augusto Rodrigues. Repertório de Conceitos Trabalhistas. Editora LTr.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Formas Atípicas de Trabalho. Editora LTr.

SAAD, Eduardo Gabriel. CLT Comentada. Editora LTr.

Direito Penal Econômico e Crimes Ambientais

O Direito Penal Econômico da Empresa. Análise dos tipos penais e revisão das respectivas teorias. Estudo dos Crimes Contra a Ordem Tributária e Financeira. Lavagem de Dinheiro. Crime do Colarinho Branco. Responsabilidade Civil e Criminal Ambiental. Processo Civil Criminal Ambiental.

Referências

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal). Diário Oficial da União, Brasília, 31 de dezembro de 1940.

_____. Lei 9.034, de 3 de maio de 1995. Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

_____. Lei 10.207, de 11 de abril de 2001. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

_____. Lei nº 9.605/98. Crimes ambientais

_____. Lei nº 8.137 de 27.12.90 - Crimes contra a ordem tributária e econômica

_____. Lei nº 9.983/2000.

CERVINI, Raúl; OLIVEIRA, William Terra de; GOMES, Luiz Flávio. Lei de lavagem de capitais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998

SANTOS, Juarez Cirino. Teoria do Crime. São Paulo: Acadêmica, 1983, 103 p.

_____. Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: ICPC e Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005

_____. A moderna teoria do fato punível. Curitiba: ICPC e Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005

Falência, Reorganização e Recuperação de Empresas

A crise econômica e financeira da empresa. Sintomas da Crise na Empresa. Processo de Recuperação Administrativa da Empresa. Plano Emergencial Administrativo de Recuperação. Recuperação Judicial e Extrajudicial de Empresas. Nova Lei de Falências. Crimes Falimentares. Liquidação e Dissolução de Empresas. Governança Corporativa e Profissionalização da Gestão Empresarial. Planejamento Sucessório Empresarial em Vida. Responsabilidade Civil e Penal dos Administradores na Gestão das Empresas. Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Referências

COZZA, Mário. Código Civil – Do Direito de Empresa (arts. 966 a 1.195). Porto Alegre: Síntese, 2002. 343 p.

DINIZ, Gustavo Saad. Responsabilidade dos Administradores por Dívidas das Sociedades Limitadas. Porto Alegre: Síntese, 2003. 228 p.

HENTZ, Luiz Antônio Soares. Direito de Empresa no Código Civil de 2002. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 286 p.

LORENS, Júlio César. Responsabilidade do Sócio Não-Administrador na Sociedade Limitada. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. 164 p.

MACHADO, Elizabeth Guimarães. Direito de empresa aplicado: abordagem jurídica, administrativa e contábil. São Paulo: Atlas, 2004. 295 p.

Direito da Economia e do Comércio Internacional

Direito e Economia: relações entre o sistema jurídico e o sistema econômico. Modelos teóricos da *law and economics*, *law and development* e da teoria dos sistemas. Globalização e privatização. Análise econômica do Direito: o caso da propriedade, da responsabilidade civil, do contrato, da jurisdição. A ordem econômica constitucional. O Direito da Concorrência e o funcionamento do CADE. Os organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI). Competências e

funcionamento do BACEN. Contratos Internacionais: o elemento de implementação dos negócios privados no ambiente do mercado globalizado. Escolha da lei e foro, cláusula arbitral, hardship e force majeure, garantias bancárias autônomas e cartas de crédito, joint venture e transferência de tecnologia. Regulação e ações governamentais que afetam a atividade econômica privada no âmbito internacional: regras do sistema GATT/OMC; barreiras tarifárias e regulatórias ao comércio (tarifas, normas técnicas e sanitárias/fitossanitárias), acordos regionais, defesa comercial (dumping, subsídios, salvaguardas, China), negociação e disputas comerciais internacionais.

Referências

- TIMM, Luciano (org.). "Direito e Economia". São Paulo, Thomson-IOB, 2005.
- PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. "Direito, Economia e Mercados". São Paulo, Elsevier, 2005.
- BASSO, Maristela. *Contratos Internacionais do Comércio*. 3ª ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2002.
- BASSO, Maristela. *Direito do Comércio Internacional*. São Paulo: Jurua.
- LAFER, C. A. A OMC e a regulação do Comércio Internacional: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.
- NUSDEO, A. M. O. Defesa da Concorrência e Globalização Econômica – O Controle da Concreção de Empresas. São Paulo: Malheiros, 2002.

Metodologia da Pesquisa

Orientação, planejamento, elaboração, apresentação, defesa e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Caracterização de tipos de trabalho. Estrutura e análise de cenários, identificação e formulação de "problema". Métodos, técnicas de pesquisa e Tratamento e interpretação de dados. Definição de objetivos a perseguir para solução de problema. Projeto de pesquisa, Papel dos referenciais teóricos e Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências:

- FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIGUEL, P. A. C. Metodologia de pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações. São Paulo: Campus, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação)

4.3 Dados relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso:

Disciplinas:	
Novas Tendências do Direito Privado	
Direito Societário	
Nome do professor	José Tadeu Neves Xavier
Titulação	Bacharel em Direito pela UFSM (1992), Mestre em Direito, área de Direito Civil, pela UFRGS (2000) e Doutor em Direito, área Direito Privado e Processual, pela UFRGS (2006).
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/5111064022771225
Experiência acadêmica	Atualmente é professor da Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (FEMARGS), das Faculdades Integradas São Judas Tadeu, da Faculdade IDC, além de professor convidado em diversos cursos de pós-graduação/especialização em Direito.

Disciplina:	
Negociação, Mediação e Arbitragem	
Falência, Reorganização e Recuperação de Empresas	
Nome do professor	Rafael Bicca Machado
Titulação	É graduado em Direito pela PUCRS (1997) e Mestre em Ciências Sociais na PUCRS (2007). Doutorando em Ciências Sociais na PUCRS.
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/1663356324313471
Experiência acadêmica	Professor do curso de especialização em Direito e Economia da UFRGS. Presidente do Instituto de Direito e Economia do RS. Diretor da Associação Brasileira de Direito e Economia. Seus estudos estão relacionados aos seguintes temas: Direito, Economia, Processo, Sociologia, Poder Judiciário, Arbitragem, Previsibilidade, Sistema recursal.

Disciplina:	
E-Business, E-Commerce e Propriedade Industrial	
Nome do professor	Rafael de Freitas Valle Dresch
Titulação	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS (1998), especialista e mestre em Direito pela UFRGS (2005). Doutor em Direito na PUCRS, com estágio de doutoramento (Doutorado Sanduíche) na University of Edinburgh/UK

Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/9839996989377806
Experiência acadêmica	Foi professor substituto na UFRGS entre 2003 e 2005. É professor dos cursos de Direito da PUCRS, da FEEVALE e do IPA. Tem experiência nas áreas de advocacia, ensino e pesquisa, atuando, principalmente, nos seguintes temas: direito privado, direito econômico, teoria e filosofia do direito.

Disciplina:	
Direito do Trabalho Empresarial	
Nome do professor	Nádia Ahmad Omar Ali
Titulação	Possui graduação em Ciências Jurídicas pela UNISINOS (1988), especialização em Direito Político pela UNISINOS (1990), especialização em Direito do Trabalho pela UNISINOS (1999) e mestrado em Direitos Fundamentais pela ULBRA (2006).
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/9726320067899091
Experiência acadêmica	Atualmente é professor adjunto da ULBRA. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho.

Disciplina:	
Direito do Consumidor	
Nome do professor	Cristina Stringari Pasqual
Titulação	Possui graduação em Direito pela UNISINOS, 1996, especialização em Processo Civil pela PUC/RS, 1998, Mestrado (2003) e Doutorado em Direito Privado pela UFRGS, 2008.
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/0113123684295234
Experiência acadêmica	Atualmente é professora da Faculdade de Direito e coordenadora do Curso de Especialização em Direito dos Contratos e Responsabilidade Civil da UNISINOS, professora da Faculdade de Direito da PUC/RS e da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Disciplina:	
Direito Penal Econômico e Crimes Ambientais	
Nome do professor	Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho
Titulação	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutorado em Direito pela PUC/RJ (2007).
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/4714934113054282
Experiência acadêmica	Foi professor da UNESC de 1998 a 2010 e exerceu a função de Coordenador do Curso de Direito por um mandato de 3 anos (2008-2010). Atuação principal: direito penal, criminologia, segurança pública, crime e violência. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal da PUC/RS. Atualmente está realizando estágio de pós doutoramento na PUC/RJ. Bolsista CAPES, PNPD no Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais da PUC/RS.

Disciplinas:	
Direito Tributário	
Nome do professor	Eduardo Knijnik
Titulação	Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2000). Tem pós-graduação em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET.
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/2479738207336171
Experiência acadêmica	Professor do Retorno Jurídico e professor universitário do Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios - IBGEN.

Disciplinas:	
Direito das Obrigações e dos Contratos Empresariais	
Direito da Economia e do Comércio Internacional	
Nome do professor	Luciano Benetti Timm
Titulação	Possui graduação em Direito pela PUC/RS (1994) e incompleta em Economia na UFRGS, mestrado em Direito pela UFRGS (1997) e doutorado Direito pela UFRGS(2004) com parte dos créditos de doutoramento realizados na USP.
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/1556502503975485
Experiência acadêmica	Possui ainda pesquisa de Pós doutoramento na UC Berkeley no Departamento de Direito, Negócios e a Economia, Master of Laws (LLM) em Direito Economico Internacional pela Universidade de Warwick (Inglaterra). É Professor Visitante do PPGD da USP. Membro do Comitê de Ciências Humanas e Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Professor adjunto da UNISINOS e professor convidado da Escola Superior da Magistratura - AJURIS e da EMAGIS. Tem experiência na área de Direito: direito civil, direito internacional privado, novo código civil, contratos, arbitragem, contrato internacional e direito constitucional.

Disciplina:	
Metodologia da Pesquisa	
Nome do professor	Everaldo da Silva
Titulação	Doutor
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/0029501595403337

Experiência acadêmica	Possui graduação (Bacharelado - 2001 e Licenciatura - 2002) em CIÊNCIAS SOCIAIS pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2005) e DOUTORADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Avaliador <i>Ad Hoc</i> do INEP/MEC de cursos de graduação. Professor e pesquisador desde 2002, atuando no ensino médio, na graduação e pós-graduação. Autor de livros e de materiais didáticos de cursos EAD.
------------------------------	--

4.4 Dados Estatísticos do Corpo Docente:

a) Informações gerais

Nº total de docentes que ministrarão o curso: 09

Nº docentes pertencentes ao quadro permanente da Unifebe: 01

Nº de docentes externos à Unifebe: 08

b) Titulação

Nº de Especialistas: 1

Nº de Mestres: 2

Nº de Doutores: 6

4.5 Metodologia de Ensino

As aulas serão ministradas às sextas-feiras a noite e sábados pela manhã e tarde quinzenalmente, conforme cronograma. Cabe ressaltar que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão- **Proppex** possui a prerrogativa de alteração e/ou ampliação do quadro de docentes, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático-metodológica do curso e a possibilidade de alteração do local, data e horário de funcionamento do curso.

Em consonância com o Regulamento da Pós Graduação aprovado pela resolução CA nº 43/11, de 30/11/11, as aulas poderão ser oferecidas na modalidade **presencial** conforme cronograma ou **semi-presencial** respeitada a carga horária estabelecida de 20% da carga horária total da disciplina.

Como metodologia de ensino, as aulas poderão ser expositivas, com debates, seminários, trabalhos em grupo, ficando a avaliação do desempenho dos alunos sob a responsabilidade do professor.

Nenhuma disciplina do curso de graduação pode ser usada para crédito de especialização.

a) Critérios para aprovação nas disciplinas

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

CONCEITO	SIGNIFICAÇÃO	REF. NUMÉRICO
<i>A</i>	<i>Excelente</i>	<i>9,0 a 10,0</i>
<i>B</i>	<i>Bom</i>	<i>7,0 a 8,9</i>
<i>C</i>	<i>Regular</i> <i>(Deverá ser compensado por conceito (A) em outra disciplina, para efeitos de média geral de aprovação)</i>	<i>5,0 a 6,9</i>
<i>D</i>	<i>Insuficiente</i>	<i>0,0 a 4,9</i>

- A obtenção de no mínimo, média global “B”, acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, em cada disciplina, confere o direito à aprovação ao número de créditos cursados.
- Para cada conceito “C” obtido na realização de uma disciplina, o discente deverá compensar com um conceito “A” em outra disciplina para manutenção da média global igual ou superior a “B”.
- Ao aluno que concluir o TCC (artigo Científico) e todas as disciplinas com frequência e conceito exigidos, será emitido o **Certificado de Especialista em Direito Empresarial**.
- Receberá Certificado de **Aperfeiçoamento** o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 180 horas de conteúdo específico.
- Receberá Certificado de **Atualização** o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 179 horas de conteúdo específico.
- A entrega do conceito final para cada disciplina não deverá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia da entrega do trabalho final ao professor responsável.

b) Avaliação Final: TCC (Artigo Científico):

A elaboração do artigo científico é de responsabilidade do aluno e poderá se iniciar a partir do oferecimento da disciplina de Metodologia da Pesquisa, sendo que a entrega final deverá ser efetuada em até 06 (seis) meses após o término da última disciplina. Somente em situações excepcionais o prazo da entrega do artigo científico poderá ser prorrogado por até 02 (dois) meses, a juízo do professor de Metodologia da Pesquisa e da Coordenação do respectivo curso.

A elaboração do TCC deve estar em consonância com o Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011, onde constam as orientações e as normas para elaboração do artigo científico estão contidas no **Regulamento da Revista da Unifebe**.

4.6 Recursos físicos e materiais a serem utilizados:

a) Local e Horário de Funcionamento

As aulas serão ministradas no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE:
Rua Dorval Luz, 123 - Bairro Santa Terezinha- Brusque – SC.

b) Instituições (salas de aula, laboratórios, etc.)

Sala de aula equipada com projetor multimídia.

c) Biblioteca (acervo bibliográfico)

A instituição disponibilizará aos acadêmicos o acervo existente na Biblioteca da Unifebe em Brusque-SC. Obras indicadas pelos professores e que não constam na biblioteca deverão/poderão ser adquiridas pelos alunos.

d) Recursos de Informática

Mediante agendamento prévio no Laboratório de Informática da Unifebe.

4.7 Processo Seletivo

Inscrição para seleção: a seleção será feita pela média geral do histórico da Graduação.

Pré-requisitos para ingresso no curso:

- Formulário de Inscrição;
- Original e cópia do diploma do curso superior (frente e verso);
- Original e cópia do histórico escolar do curso de graduação (frente e verso);
- 1 foto 3x4;
- Cópia Carteira de Identidade;
- Pagamento da taxa de inscrição.

5 Recomendações